

## UMA HISTÓRIA E MEMÓRIA CONTADA A PARTIR DA “COR LOCAL”

**Francisca das Chagas Lopes**

Campos é mestranda em Educação da UFPI. (086)  
3233 5640. e-mail frantina12@yahoo.com.br.

**Maria do Amparo Borges Ferro**

Doutora em Educação (USP) e Professora dos  
Programas de Pós-Graduação em Educação e História  
do Brasil da UFPI. amparoferro@uol.com.br.

### **Introdução**

Refletir a cerca da história e memória do Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), o primeiro Sub-Campus da Universidade Federal do Piauí (UFPI) é rememorar, também, a história da implantação do Ensino Superior no Estado do Piauí, sendo conveniente, assim, recordar os “sonhos” de um pequeno grupo de intelectuais e outros cidadãos representantes da sociedade piauiense, ainda nos primórdios do século XX e que somente vieram a tornar esse sonho realidade na década de 1970. Contudo, antes de trazer à tona a história e memória na “Cor Local”, é necessário que relembremos passos que ajudaram a constituir parte da educação do Estado do Piauí. Passos (2003), no intento de pesquisar sobre essa aspiração piauiense, registrou considerações feitas pelo Professor José Camillo da Silveira Filho, (ex-Reitor da UFPI), sobre conteúdos de Atas da Faculdade de Direito, nos quais constam que os intelectuais da cidade, ao se reunirem para discutir a criação da Faculdade de Direito em Teresina, “aventaram a possibilidade de uma Universidade para o Piauí. Mas foram apenas cogitações, ‘sonhos’”, escreveu a autora, para usar a expressão de Camilo Filho (PASSOS, 2003, p. 39). Do mesmo modo, essa pesquisadora cita o Prof. José Pires Gayoso de Almendra Freitas, Secretário de Governo do Estado na década de 1970 e posteriormente Presidente do Conselho Estadual da Educação, reforçando a informação de Camilo Filho, dizendo:

O interesse pela Universidade vem de muito mais distante. Inicia-se na criação da Faculdade de Direito do Piauí no ano de 1931, pois o Piauí partia para o ensino superior e com isso começou a pensar em Universidade. O grupo que começou a organizar a Faculdade de Direito pensava numa universidade, embora, não atuasse muito nesse sentido porque, naquele tempo, não era possível, infelizmente, por causa do isolamento cultural; o Piauí sofria de isolamento, não só geográfico, não só político, mas também cultural (PASSOS, 2003, p.39).

De fato, toda a Região Nordeste esteve isolada, não somente em relação à educação, mas em muitos outros aspectos, considerando a Universidade “esquecida”. O Piauí neste contexto, ainda em relação aos demais Estados nordestinos, parece que, além dos aspectos mencionados por Gayoso, suas lideranças, em particular as do final do século XIX e início do século XX, não perceberam as vantagens de investimentos em educação, com uma política de coesão que corrigisse esse isolamento secular.

De acordo com Lauro Andrade Correia (ENTREVISTA, 2009), as discussões realizadas em Parnaíba sobre o tema “ensino superior” ocorriam entre os membros das entidades e agremiações, que também agiam como divulgadores dos enunciados das pautas dessas discussões, como, por exemplo, o Lyons Club de Parnaíba, composto à época por quarenta associados, pertencentes a vários segmentos da sociedade parnaibana, cujos membros, depois de cada reunião, saíam com a incumbência de divulgarem suas ideias em estabelecimentos de trabalho dos quais eram proprietários, ou nas escolas, juntando-se aos professores que, além de envolverem os alunos, os filhos e parentes, estes “entusiastas idealistas” funcionavam como canais humanos de divulgação dos assuntos para a criação da Universidade.

### **Projeto de Universidade e a criação do CMRV**

Genuíno Sales, ex-aluno do Colégio “São Luís Gonzaga”, de Parnaíba (PI), em 1965, época em que estudava Direito em Fortaleza-CE, refletiu sobre as condições da mocidade piauiense em relação ao contexto nacional. Escreveu para o Almanaque da Parnaíba<sup>1</sup>; discutiu a falta que fazia uma universidade no Estado do Piauí, à época, principalmente considerando que, naquela década de 1960, o governo Federal acendeu espaço para a expansão universitária. E fez um apelo dirigindo-se à sociedade e às autoridades político-governamentais, através do referido almanaque, onde solicitava que eles se solidarizassem com aqueles que buscavam as melhorias das condições de vida da mocidade piauiense, que, ao concluir o curso secundário, tinham apenas dois caminhos a seguir: ou fazia as faculdades que existiam na época, Odontologia, Direito e Filosofia, ou cursavam as escolas de ensino técnico profissional existente: a Escola de

---

<sup>1</sup> Almanaque da Parnaíba – periódico - primeiro exemplar editado em 1924. Destacados intelectuais da Parnaíba e do Piauí escrevem sobre conteúdos variados: contos, poesias, histórias, informes sobre a cidade de Parnaíba e sobre o Estado.

Enfermagem<sup>2</sup>, a Escola Industrial de Teresina<sup>3</sup> e a Escolas Técnica de Comércio, estas últimas de natureza privada. Fora essas alternativas na Capital, deveriam dirigir-se para outros centros urbanos, que possuíam escolas de nível superior e proporcionavam a oportunidade de escolher a carreira profissional pretendida. À época, uma formação na área da Saúde ou Administração, por exemplo, no Piauí seria impossível. Jenuíno Sales ao fazer seu apelo, o fez com propriedade de causa, pois representava o típico estudante piauiense, que muito jovem teve de deixar o aconchego familiar, em busca do saber técnico e científico capaz de superar as leiguices e os improvisos.

Sales (1965) acreditava que, muitos desses entraves, poderiam ser superados, se existisse uma Universidade no Estado do Piauí. Relativo a esse assunto, Sales reflete:

[...] Consideramos a Universidade do Piauí um problema que há muito deveria ter tocado de perto a sensibilidade administrativa dos nossos dignos e honrados representantes lá no Congresso Nacional. Parnaíba, por exemplo, merece uma escola de Ciências Econômicas. Há, todavia, os que negam ao nosso Estado a possibilidade da criação da Universidade. Não concebemos em que argumentos se estribam os que assim pensam. A não ser que consagram o princípio infundado de que os Estados já nasçam grandes e que, os hoje subdesenvolvidos sejam condenados a permanecer sob a opacidade administrativa de uma geração (GENUINO SALES, 1965. p.165).

Uma Universidade com sua amplitude de poder criar em um só lugar muitas possibilidades de ensino/aprendizagem, entre elas a de formar técnicos em vários setores da cultura, para que impossibilitem a improvisação nas atividades do Estado e nas instituições em geral. Então, estabelecendo-se uma universidade no Piauí, este Estado teria, certamente, conforme reflete Sales (1965), o esteio sólido para a construção intelectual que representaria, em termo geral, uma contribuição a mais para a cultura a nível nacional. Sales (1965) diz ainda que, na verdade, o Estado do Piauí não é tão pequeno e nem tão pobre. “Pequeno é, todavia, o conhecimento que temos dele, e pobre a nossa visão de resolvermos os seus principais problemas” (p.165). A esse respeito ainda acrescenta:

---

<sup>2</sup> O ensino de auxiliar de enfermagem foi instituído no Piauí em 1958 - Escola Maria Antoinette Blanchot. Em 10-08-1966 foi aprovada a Lei nº. 2.745, que instituiu a Fundação de Ensino Superior do Piauí e dispôs sobre as Faculdades de Serviço Social e de Enfermagem, integrada à fundação. O primeiro vestibular do Curso de Enfermagem ocorreu em 1973, e o de Serviço Social em 1976.

<sup>3</sup> ((1942-1965) – formação de operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. (1965-1967) Ginásio Industrial, o termo federal entrou na composição do nome das escolas da Rede o que permitiu a instituição fundar cursos técnicos industriais; (1967-1998) promoção da Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), em 1967 consequência da criação dos primeiros cursos técnicos e o reconhecimento desses cursos pelo MEC).

A criação da Universidade do Piauí é uma necessidade. E, mais do que nunca devemos agora pensar na sua instituição. Para tal é indispensável uma visão sábia, associada a uma mentalidade construtora e bem atualizada. Precisamos para isso, legitimar a nossa representação no Congresso, com homens de envergadura moral, homens que saibam construir e edificar o pobre edifício de nossa cultura (p.166).

Na reflexão de Sales (1965), fica explícita a vontade dos parnaibanos de estabelecer um curso superior na cidade de Parnaíba, o Curso de Ciências Econômicas, mas devido a problemas de natureza política não foi criado. Mais tarde, no entanto, criou-se o Curso de Administração de Empresas, da Faculdade de Administração do Piauí, o qual foi parte importante e necessária ao processo para a criação da UFPI, e destacou-se como o primeiro curso a funcionar no CMRV.

A Faculdade de Administração do Piauí (FAPI), com sede em Parnaíba. No seu governo foram criadas as primeiras escolas públicas de Ensino Superior no Estado; a escola de Enfermagem e a de Serviço Social, pelas leis estaduais nº 2.016 e 2.017 de 25-11-1960, em 1966, estas escolas foram incorporadas à Fundação de Ensino Superior do Piauí, pela Lei, também, estadual nº 2.745 de 10-8-1966.

No início da década de 1970, após a constituição da UFPI chegou a Teresina uma equipe de trabalho procedentes da Universidade de Brasília (UNB), com a finalidade de implantar a novel Universidade do Piauí. Referida equipe era formada pelo Sociólogo, Prof. Dr. Hélcio Ulhôa Saraiva, na função de Reitor e três Arquitetos: Lourival Machado Resende, Ronaldo Pinto Marques e Vasco de Melo. Essa equipe foi também responsável pela elaboração do primeiro Plano Piloto do Campus Ministro Reis Velloso (CMRV).

Ronaldo Marques (2009) relembra em depoimento que, quando a equipe procedente de Brasília chegou a Teresina, as condições políticas e sociais eram muito difíceis. Ele atribui que a vinda dessa equipe foi resultado do contexto político da época, divergências entre os grupos locais, detentores de poder. O certo é que o processo da instalação da UFPI foi entregue à UNB. Para Ronaldo Marques, falar daquele período sobre a construção dos prédios, das instalações do CMRV, remonta falar da criação da UFPI. Tanto que, quando foi entrevistado sobre esse assunto, iniciou suas reminiscências falando de um período anterior à criação do Campus da Ininga, em Teresina e buscou na memória lembranças de quando a Universidade estava constituindo-se, até abranger o CMRV e relatou em entrevista (2009), como segue:

Existiam cinco faculdades no Piauí. Uma que pertencia à Cúria, a FAFI, a Faculdade de Odontologia, que era particular, (esta fazia pena, muito pequena, hoje existem clínicas aqui em Teresina muito mais aparelhadas do que ela, à época). A Faculdade de Direito, federalizada, a Faculdade de Medicina Estadual e a outra recém criada, em Parnaíba, pela Federação das Indústrias, a Faculdade de Administração de Empresas (RONALDO MARQUES, ENTREVISTA, 2009).

Então, nas formas à época corriqueiras, enquanto em Teresina a equipe da UNB iniciava um fato novo com os procedimentos para a instalação do Campus da Ininga, em Parnaíba, novos fatos abriam os encaminhamentos em torno de, pelo menos, manter as condições mínimas necessárias para a existência da Faculdade Federalizada, (a FAPI), forçando o grupo-tarefa trabalhar assoberbado para que o curso fosse reconhecido pelo MEC. À meta estratégica, a partir de então, foi lutar para a construção de instalações próprias, que abrigasse a agora nominada Faculdade de Administração da Universidade Federal do Piauí (FAUFPI), que até aquele momento estava subdividida, funcionando em dois endereços: as salas de aula alojadas na Rua Capitão Claro, S/N e a Secretaria e Biblioteca na Rua Duque de Caxias, nº 786.

Mas, voltando para as reminiscências de Ronaldo Marques (2009), tem-se que, Alberto Silva ao assumir a pasta de Governador e observando as questões das políticas internas minadas com influências de grupos com interesses contrariados, (mas provavelmente, disposto a tratar a situação diplomaticamente), resolveu viajar a Brasília, acompanhado do Senador Petrônio Portella, para buscar apoio e fazer solicitações políticas no âmbito federal.

Nesse clima de disputas paralelas de poder político, então, surgiu em Teresina a possibilidade positiva de criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e que para sua consolidação, conforme as normas do MEC, necessitaria de uma Quinta Faculdade, e prevaleceu, sob argumentos fortes de defesa dos parnaibanos, a opção pela Faculdade de Administração do Piauí – FAPI, em Parnaíba

Pode-se afirmar que a UFPI, entidade de direito público, originou-se a partir da vontade coletiva de parte da sociedade piauiense e se concretizou com a aplicação da mesma condição da criação das universidades nos outros Estados, ou seja, pela apropriação e reunião das faculdades e respectivos cursos isolados. Assim surgiu a UFPI, pela junção das Faculdades de Direito, de Odontologia, de Filosofia, de Medicina, sediadas em Teresina, e da Faculdade de Administração do Piauí, com sede

em Parnaíba, também incluindo os cursos de Bacharelados em Geografia, História e Licenciatura em Letras e as Licenciaturas de Física e Matemática.

Então, a trajetória histórica do CMRV, propriamente, inicia no final da década de 1960, com o nascimento da FUFPI, que criou a UFPI que, posteriormente, promoveu a federalização/incorporação e integralização da Faculdade de Administração do Piauí (FAPI), em Parnaíba, sendo esta instituição o lócus do primeiro Curso Superior de Administração de Empresas, no Piauí, e esta, por sua vez, despendeu todos os esforços necessários e estimulou a construção do Campus que homenageou o Ministro Reis Velloso, fazendo justiça à contribuição desse cidadão natural de Parnaíba, para a concretização desse projeto, nesta cidade.

Para uma retroação propositada no espaço temporal ora rememorado, para trazer à tona a UFPI (CMRV), devemos voltar até ao final da década de 1950 e início de 1960, quando as primeiras ações das lideranças representadas pelos intelectuais e comerciantes iniciavam com vigor as discussões em prol da implantação de um Curso Superior na cidade. O momento político era apropriado, porque no quadriênio 1959/1962, os cargos majoritários no Governo do Estado do Piauí e no município de Parnaíba eram ocupados, respectivamente, por dois parnaibanos: Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, Governador do Piauí, e José Alexandre Caldas Rodrigues, Prefeito de Parnaíba. Oportunidade aproveitada para organizar o que estava faltando principalmente em termo de educação e implantar o nível Superior de Ensino na Parnaíba. Com essa meta alcançada, o povo guardou na memória os triunfos dessa vitória, coletivamente.

Uma memória viva sobre as muitas ocorrências pitorescas da história do Ensino Superior na cidade de Parnaíba encontra-se na pessoa do Professor José Néilson de Carvalho Pires, destacado como um dos agentes importantes no desenvolvimento do Ensino em Parnaíba; e das suas reminiscências, quando entrevistado, lembrou o seguinte:

Quando o Zé Alexandre assumiu como Prefeito, e eu como Secretário de Educação, ele me disse o seguinte: (recordando) [...] “Antigamente havia bolsa de estudo. A prefeitura destinava determinada verba para bolsas, mas era um negócio muito restrito”. Então ele (o Prefeito) falou: - ‘Dê preferência aos alunos mais pobres’ -. E eu, então, fui recebendo os nomes das pessoas para matricular. Mas, quando Parnaíba tomou conhecimento, ‘choveu’ de pedidos. Um dia chegou o prefeito. Eu mostrei a relação e disse que a verba não dava para pagar as bolsas, mas que eu já tinha a solução. ‘Nós vamos criar um ginásio estadual’. – ‘Como é possível’? Falou o prefeito. – Respondi-lhe, - ‘É possível. Não tem em Teresina? Fale com seu irmão. Nós

vamos estadualizar o ginásio Parnaibano’ – O Ginásio Parnaibano foi criado em 1927 e pertencia à Sociedade Civil, e em 1961 foi encampado pelo Governo Estadual, passando a se chamar Colégio Estadual ‘Lima Rebelo’ (ENTREVISTA, 2009).

Dificuldades econômicas, provavelmente, conduziram Parnaíba à construção de cuidadosas estratégias da “cor local”. Segundo a memória e a dedução analítica do Professor Israel José Nunes Correia – “a ênfase da decadência de Parnaíba ocorreu nos anos de 1960, em função das medidas tributárias constituídas pelo Governo Federal, que concentrou, através do Código Tributário, a arrecadação para as Capitais de todos os Estados da Federação, em detrimento das cidades do interior” (ENTREVISTA, 2009). As medidas do Governo Federal tomadas na década anterior, (construção, principalmente de estradas rodoviárias, na década de 1950), dentro do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek<sup>4</sup>, provocaram o início do isolamento de Parnaíba, que deixou de ser o começo de linha comercial, como era anteriormente, pois Parnaíba representava “ponto de chegada e partida” de mercadorias no Piauí, as quais eram transportadas de barco e de trem para o interior do Estado e outras localidades do país.

E, com as medidas federais de viabilização dos transportes rodoviários, sem contar que a intenção do projeto federal era ligar a maioria das capitais entre si, Parnaíba (interiorana) passou a ser o fim da linha, porque a Capital, Teresina assumiu a concentração do fluxo comercial das cidades do interior do Piauí e, em função disso, passou também a ser a principal exportadora dos produtos dos piauienses, para as Capitais do Nordeste e para outros pontos do comércio nacional, recebendo, também, importações. Então, os comerciantes abastados da cidade de Parnaíba, naquele momento, investiram os seus esforços e recursos disponíveis, para que os procedimentos políticos e sociais fossem favoráveis para a criação de um curso superior em Parnaíba, porque a implantação de uma nova cultura poderia ser uma possibilidade para essa cidade retornar ao antigo posto de agente econômico, adequando-se ao novo contexto da economia dentro do atual processo de desenvolvimento da Nação Brasileira.

Para Adilson Castro (2009), toda essa movimentação, porém, não teve envolvimento político-partidário, foi uma união de classes que se agruparam em prol da

---

<sup>4</sup> Plano de Metas: No começo de seu governo, JK apresentou ao povo brasileiro o seu Plano de Metas, cujo lema era “cinquenta anos em cinco”. Pretendia desenvolver o país cinquenta anos em apenas cinco de governo. O plano consistia no investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, principalmente, infra-estrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e indústria, por meio da industrialização automobilística nacional, implantada especialmente na região sudeste, a construção de estradas de rodagem rasgando o país interior à dentro, em detrimento das ferrovias e à navegação fluvial, especialmente no rio Parnaíba.

faculdade, representada pelas pessoas que individualmente apresentavam probidade e interesse progressista. Assim, Adilson Castro, quando entrevistado, se expressou: “Eu e o Dr. Lauro éramos dos 40 do grupo do Lyons Clube que participamos desse movimento, foi um movimento das classes onde o maior destaque foi Dr. Cândido Athayde” (ADILSON CASTRO, ENTREVISTA, 2009).

Então, sob a égide do discurso de que Parnaíba deveria oferecer ensino superior aos seus munícipes, especialmente, para aqueles mais desprovidos de recursos financeiros, poderia até estar implícita a vontade dos detentores de maior poder econômico, de adequar, prioritariamente, a satisfação pessoal de suas necessidades para ganho financeiro e poder, em curto, prazo usar mão-de-obra qualificada barata e apropriada ao potencial socioeconômico da região de Parnaíba, visando, assim, garantir a produção e manter baixos os custos de despesas operacionais e de produtividade para o progresso almejado. Todavia, mesmo que se pudesse provar e sustentar essa possível intenção sub-reptícia, passível de dubiedade de interpretação, o valor-benefício dos resultados obtidos para Parnaíba, na sequência histórica dos acontecimentos, foi imensurável e compensou, ou anulou qualquer mera suposição de desvios de intenção.

Das discussões freqüentes, os empreendedores tiraram a conclusão que, para criarem uma Faculdade, deveriam antes constituir uma entidade mantenedora. Então foi criada, em Parnaíba, com a participação do Governo do Estado, a Fundação Educacional da Parnaíba (FEP), através da Lei 2.775 de 15-12-65 (BRITO, 1996, p.157). Esta fundação posteriormente daria abrigo ao primeiro Curso Superior da Parnaíba, o Curso de Administração de Empresas, base do CMRV.

Nesse período (1963 a 1967), o Piauí era governado pelo Dr. Petrônio Portella Nunes, e o Prefeito de Parnaíba era o Dr. Lauro Andrade Correia. Há quem diga que sem o empenho e audácia política do Dr. Lauro Correia, dificilmente, à época, Parnaíba teria tamanho feito em seu histórico de crescimento cultural. Lauro Correia, tanto como titular como ex-presidente da SPEC apoiou todas as iniciativas para revisão do assunto sobre a criação da Faculdade. A primeira proposta concreta de Curso Superior para Parnaíba foi a criação de um Curso de Ciências Econômicas e, através de Lei Municipal, foi instituída, para abrigar o referido curso, a Faculdade de Ciências Econômicas, com publicação de editais nos jornais locais e no Diário Oficial do Estado, em Teresina. A expectativa era que a Faculdade fosse mantida conjuntamente com recursos federais e municipais. No entanto, o primeiro projeto para criação desse curso superior foi frustrado, porque, enquanto a Faculdade parnaibana ainda estava no papel,



em Teresina criava-se o Curso de Ciências Econômicas. Fato que influenciou negativamente e desmotivou os mentores do processo em Parnaíba, que entenderam a inviabilidade de coexistência, à época, dos dois cursos comuns, em duas cidades tão próximas.

Entretanto, os atores parnaibanos, ao tomarem conhecimento da criação antecipada do curso de Ciências Econômicas na Capital, sentiram-se malogrados, como narra Lauro Correia, trazendo o estado de perplexidades vivido, à época, pelo grupo.

Fomos notificados sobre a ideia da criação de uma Faculdade de Ciências Econômicas na capital, Teresina. Criaram lá uma Faculdade de Ciências Econômicas antes, antecipadamente. E, nós aqui pensando em criar um curso de Economia, vivenciamos uma situação frustrante. Insistir em criar uma Faculdade de Ciências Econômicas ficou fora de propósito (ENTREVISTA, 2009).

Mas os parnaibanos não se acomodaram. O desânimo foi passageiro. A ideia foi procurar outro curso que se adequasse à natureza e predisposição da cidade. As pesquisas conduziram para um curso novo que chamou a atenção dos interessados: o curso de Administração de Empresa, que se constituiu o primeiro no Piauí e no primeiro Curso Superior Comunitário da cidade de Parnaíba, o qual foi posteriormente federalizado pela UFPI, tomou forma estrutural e, gradativamente, reuniu as condições para que, em curto espaço de tempo, viesse a ser o embrião do CMRV. Contudo, veio então o Golpe de 1964 e provocou uma desaceleração nos movimentos de criação de novos cursos superiores no Brasil, mas os parnaibanos continuaram mantendo o propósito, aguardando oportunidade, que surgiu em 1968, período marcado por manifestações de mudanças no mundo todo, especialmente nas áreas setoriais dos direitos sociais, em países como França, EUA e a América do Sul - Argentina e Brasil.

Essas manifestações repercutiram na sociedade brasileira em geral, através dos movimentos sociais de ação política, movimentos de base da Igreja Católica e os movimentos estudantis, através da UNE, que reivindicavam maior participação na gestão universitária e mais vagas nas universidades brasileiras, haja vista a quantidade de aprovados excedentes nos vestibulares das universidades do país, fato que favoreceu a oportunidade esperada para a retomada das negociações políticas, pró-criação de Faculdades. E, embora as ações adotadas pareçam de natureza político-partidária, Adilson Castro, (2009) afirma o seguinte:

No meu ponto de vista, para a criação da Faculdade não houve um envolvimento político, mas de cidadãos de Parnaíba, porque eles exerciam poder. Esses cidadãos, que investiram na luta para a criação do Ensino Superior, aqui exerciam força muito maior; porque estavam junto com a Confederação Nacional da Indústria, essa que deu apoio financeiro [...] Ela preparava, ela exercia o poder. Foi ela que deu força. A nossa força maior vinha dela. Foi a FNI que financiou o Curso de Análise Econômica, mandando e financiando a vinda do Professor Manoel Orlando Ferreira, que vinha encaminhado por João Paulo dos Reis Velloso, tendo como baluarte em Parnaíba, Cândido Athayde (ENTREVISTA, 2009).

Lopes (1998), concordando com Lauro Correia, enfatiza que em Parnaíba a luta para a concretização da instalação do curso de Administração estava atrelada aos interesses da facção industrial da cidade. Mesmo assim, se presume que, enquanto aquela elite se empenhava em prol da criação da faculdade, existiam ainda muitos membros nesses segmentos sociais, que não compartilhavam a mesma expectativa. Sobre isso o Professor Israel Correia questiona e ele mesmo responde:

O que era a Faculdade de Administração? Era a oportunidade de um resgate de um sonho. Que sonho? Um sonho frustrado de não ter um curso superior em Parnaíba. Então você tinha toda uma geração frustrada. Uma não! Duas gerações, porque só tinham chegado até a “União Caxeiral”; só tinham feito o Científico [...] A primeira grande expectativa, a primeira necessidade foi atendida [...] Eram pessoas que queriam ser “doutores”. Naquele tempo se queria uma formatura, [...] Toda uma geração foi resgatada (ENTREVISTA, 2009).

E Ronaldo Marques continua recordando sobre a sua vivência nesse percurso histórico da UFPI/CMRV...

[...] A primeira providência foi fazer a topografia do terreno, enquanto se concluíam os projetos, e ao mesmo tempo licitavam-se materiais para construção das edificações e se contratavam os serviços de terraplenagens, a perfuração de dois poços tubulares. Tudo tinha que ser feito rapidamente, para utilizar os recursos até o final do ano. Por isso se dizia que o ‘Ministro havia dado um presente de grego’ (RONALDO MARQUES, ENTREVISTA, 2009).

Cada ação realizada, no que diz respeito à infra-estrutura do Sub-Campus da UFPI, em Parnaíba, ocorreu mediante monitoramento das estratégias, para viabilizar o alcance das metas estabelecidas, no curto prazo. Este aspecto do trabalho é bem lembrado pelo Prof. Mariano Bento Soares:

Professora, eu vou usar uma expressão que eu costumo usar com relação à história do CMRV, quando se fala da criação do campus. Aqui foi criado passando por cima de pau e pedra, foi passando por cima de normas, só para a senhora ter uma ideia. Mas o resultado é que tivemos bons frutos (ENTREVISTA, 2009).

A trajetória de vida modesta do Sr. Antônio Duarte, junto ao CMRV, traduz a sua condição de colaborador ativo, que lançou todas as possibilidades individuais dos seus recursos humanos, para cooperar com a disposição e força da simplicidade do seu laconismo, para que os projetos da FAPI e do Campus viessem a ser executados com sucesso. E assim conta como vivenciou o início da FAPI:

Nós começamos com uma dificuldade maluca. O Dr. Cândido dizia “Alexandre vá entregar isso, essas correspondências, [...] vá entregar essas circulares para ver se eles concordam em cooperar”. Aí, eu saía entregando circular, entregando, entregando... Eu entreguei tanta circular que fiquei de perna fina (correspondências endereçadas para as pessoas que tinham curso superior, a mando do Dr. Cândido). Olhe, eu passei tanta circular, tanta circular convidando esse povo! Você me acredite: eu ia de porta em porta para ver se eles confirmavam (Faz o gesto na mão). Eu batia palmas e saía o dono da casa e dizia: “o que é que você quer?” (faz a entonação de irritação) E eu respondia. “Doutor, eu vim lhe fazer um convite, deixar essa circular”. Uns a liam logo ali e perguntavam: “Quanto é que vão pagar?” E eu: “Não, nós estamos querendo é a cooperação do Senhor”. – “Ora se eu vou dá cooperação!” (faz a entonação) “O senhor não vai?” “Olha, o que a direção oferece, é como ajuda, vinte cruzeiros para a gasolina”. De maneira que, quem tinha curso superior em Parnaíba eu visitei. Andei na casa de todos. Eu andei na casa de todo mundo que tinha curso superior. Eu bati na casa de todos... Viagens perdidas. O negócio não foi mole (ANTONIO DUARTE, ENTREVISTA, 2009).

De acordo, ainda, com o Sr. Antonio Duarte (2009), o grupo de possíveis professores, formado pelos portadores com curso superior, que se dispusera a colaborar naquele primeiro momento, foi constituído com muita insistência e luta:

Deixe que lhe diga com toda franqueza: sem o trabalho do Dr. Lauro e do Dr. Cândido dificilmente teria sido criada a faculdade, dificilmente, porque ninguém acreditava. Olhe bem, ele procurou saber em Parnaíba quem tinha diploma de curso superior; muitas pessoas foram convidadas por ele e pelo Dr. Cândido, mas elas não aceitaram. Diziam que não acreditavam esse negócio de criar faculdade, era conversa fiada, não acreditaram. Achavam que a faculdade não sairia do papel. Que era sonho. Muitos professores foram convidados, um a um, e não aceitaram, depois, se arrependeram porque a faculdade hoje se tornou realidade. Superou todas as expectativas e logo fomos federalizados e passamos a fazer parte da UFPI e, em seguida fomos construir o nosso próprio Campus, o CMRV. O Dr. Lauro convidava determinadas pessoas que tinham outros cursos superiores, uns aceitaram, outros não aceitaram e também se arrependeram (JOSÉ NÉLSON, ENTREVISTA, 2009)

Assim, após convite feito pelos representantes da FEP, chegaram a capacitar-se 18 profissionais e desses foram aprovados somente 16, que passaram a ser identificados como Professores Fundadores do Primeiro Curso Superior de Parnaíba.

A capacitação, então, foi necessária e proveitosa, para garantir aos prováveis professores a prática pedagógica, visto que nenhum dos profissionais consultados e que

possuíam curso superior pertenciam ao segmento da educação Sobre esta situação o Prof. Adilson Castro fez a seguinte narrativa.

[...] naquele tempo não havia Administrador em Parnaíba e parece que nem no Estado do Piauí. Tinha Economista. Economista tinha, por exemplo, o Dr. Lauro que é Administrador pelo benefício de uma Lei do Governo Federal. Nós tivemos fora o Dr. Lauro [...] O Lucimar Veiga de Almeida que trabalhava na Empresa “Pedro Machado S/A”, [...] (era registrado até no Conselho Regional de Administração). [...] E tinha ainda um terceiro, Cássio Carvalho, que foi Prefeito de Parnaíba. [...] Nesse primeiro momento, não se estava preocupado se o corpo de professores tinha formação compatível para lecionar no curso; o que interessava era que Parnaíba tinha um Curso Superior, que primeiro deveria ter sido Economia e terminou sendo Administração, isto é o que interessava (ENTREVISTA, 2009).

Entretanto, pela origem e formação daqueles profissionais, não lhes interessavam cursos de licenciaturas e menos ainda conhecer as práticas pedagógicas.

O Curso de Análise Econômica, promovido pela CNI, deveria ser a priori, um Curso de Pós-Graduação, aplicado em nível de Brasil. Esse Curso foi oferecido em Parnaíba, mas não em regime de pós-graduação, porque, parece que não confirmaram demanda suficiente.

### **Considerações Finais**

Do nada, literalmente, surgiu a força de vontade de Cândido Athayde e Lauro Correia liderando o grupo de intelectuais e a elite de comerciantes e industriais parnaibanos, que se reuniu em uma só atitude todos os fatores, humanos e materiais, que constituíram a plataforma do ensino superior em Parnaíba e deram funcionalidade à Faculdade de Administração do Piauí, que possibilitou a criação da Universidade Federal do Piauí e esta levantou justificativas e criou o Campus Ministro Reis Velloso – CMRV, cuja IES inseriu a cidade de Parnaíba e o Estado do Piauí na perenidade da História e Memória da cultura brasileira.

## REFERÊNCIAS

BRITO, I. Sousa. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

PASSOS, G. de Oliveira. **A UFPI e suas marcas de nascenças, conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense**. 2003. 350 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

SALES, G. **A Universidade do Piauí**. In: ALMANAQUE DA PARNAÍBA. 1965.

### B – ENTREVISTAS

BRITO, M. Dilma. **Entrevista** [març. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

CASTRO, A. Farias. **Entrevista** [jul.. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

DUARTE, A. Alexandre. **Entrevista** [jun. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

CORREIA, I. Nunes. **Entrevista** [jun. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

CORREIA, L. Andrade. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

MARQUES, R. Pinto. **Entrevista** [jul. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

PIRES, J. Néilson de Carvalho. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

SANTOS, M. Bento. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

### C – LEIS E OUTROS DOCUMENTOS

\_\_\_\_\_. Certidão. **Registro de Constituição da UFPI**. L. A – 4. Nº. 390. Teresina – Piauí. 1969.

JORNAL, O Dia. Teresina – Piauí: dez. 1968.